



**O PAPEL DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, O CASO DA FEIRA  
DE TROCAS SOLIDÁRIAS NO IFRS**

***THE ROLE OF EXTENSION IN VOCATIONAL TRAINING, THE CASE OF THE  
SOLIDARY EXCHANGE FAIR IN IFRS***

Rodrigo Foresta Wolffenbüttel<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca explorar, a partir da análise de documentos e da observação participante, o papel de projetos de extensão na proposta de formação profissional. Tendo em vista o contexto de constantes mudanças nas formas de organização da produção, no mundo do trabalho e nas expectativas em relação aos trabalhadores, o estudo buscou investigar de que forma os projetos de extensão contribuem na promoção e no estabelecimento de novas dinâmicas de aprendizado, novos saberes e novas relações nos processos de educação profissional no interior dos Institutos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para tanto, aborda o projeto de extensão da “Feira de Trocas Solidárias”, realizado no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), como fonte desestabilizadora de formas tradicionais de educação e fonte promotora de espaços para a criação e para o estabelecimento de novidades na área educacional. As observações apontam para a relevância da extensão no desenvolvimento da autonomia intelectual e no estímulo à busca por soluções para problemas de diferentes naturezas e a participação social de forma prática e solidária.

**Palavras-chave:** Feira de Trocas Solidárias. Extensão. Educação Profissional.

**Abstract:** *The paper aims to explore, based on document analysis and participant observation, the role of extension projects in the proposal for professional formation. Given the context of constant changes in the forms of organization of production, in the world of work and in expectations regarding workers, the study sought to investigate how extension projects contribute to the promotion and establishment of new learning dynamics, new knowledge and new relationships in the professional education processes within the Institutes of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. To do so, it addresses the extension project of the “Trade Fair for Solidary Exchanges”, carried out within the scope of the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS), as a destabilizing source of traditional forms of education and a promoting source of spaces for creation and for establishment of news in the educational area. The observations point to the relevance of extension in the development of intellectual autonomy and in stimulating the search for solutions to problems of different natures and social participation in a practical and supportive way.*

**Keywords:** *Solidarity Exchange Fair. Extension. Professional Education.*

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período sanduíche na *Università degli Studi di Torino*, na Itália. E-mail: rodrigo.foresta@ufrgs.br

## Introdução

Ao abordar a realidade do ensino básico, Sandra Corazza (2008) nos descreve, em diversas ocasiões, um quadro de conformismo e impotência diante de um conjunto de fatores que tendem a paralisar e entristecer os educadores. Segundo a provocação da autora, trata-se de fatores que parecem estar além do nosso controle, das nossas capacidades e vontades. Como se as dificuldades adquirissem uma normalidade intransponível e, infelizmente, nada pudesse ser feito a respeito.

Por natureza e definição, as instituições de ensino são ambientes de socialização que se baseiam, principalmente, na restrição e na conformação de anseios e impulsos (DUBET, 2003). O que implica em práxis restritivas, em lógicas de transmissão e reprodução que, somadas ao conformismo e a falta de recursos, podem transformar a educação em uma cultura decadente, reativa e ressentida (CORAZZA, 2008). Neste sentido, torna-se extremamente importante resistir a força da inércia cinzenta da tradição, da mesmice, do sempre foi assim – tão conivente e companheira das dificuldades estruturais – a fim de possibilitar a abertura de espaços para a criação de novas dinâmicas, novas relações, novos conteúdos e novos saberes, capazes de tensionar e problematizar as formas consolidadas. Novidades, essas, que parecem ainda mais relevantes na educação profissional, devido às constantes transformações no mercado de trabalho.

Mas como encontrar espaço para o novo em uma instituição marcada pela continuidade, pelo formalismo e pela rigidez? Como transformar a severa configuração da sala de aula sem distorcer as finalidades e expectativas dos envolvidos a ponto de estes se frustrarem? Não há uma resposta única para essas questões. A própria discussão extrapola a proposta do artigo e envolve múltiplas questões de fundo, inclusive, sobre a própria necessidade de transformação do ensino. Ainda assim, é possível constatar a existência de espaços e momentos particularmente privilegiados para a introdução da novidade no ambiente escolar. Dentre esses espaços, destacamos o papel da extensão e seus projetos como possíveis fontes de desestabilização e introdução de novas dinâmicas e saberes às instituições de ensino.

Esse é o caso de diversos projetos de extensão que são desenvolvidos e realizados no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Não por acaso, os Institutos Federais, como o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), buscam “promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e

modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2014, p. 18). Isto é, uma formação que associe a transmissão do conhecimento (ensino), com o seu desenvolvimento (pesquisa) e sua difusão e aplicação (extensão), como estratégia para a formação de cidadãos capazes de responder aos desafios do desenvolvimento sustentável, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2014).

Logo, trata-se de uma proposta de educação profissional preocupada, não apenas em capacitar tecnicamente trabalhadores, mas em capacitar e formar profissionais e cidadãos para compreensão e atuação em suas variadas realidades locais, através do trabalho. Neste artigo, portanto, buscamos explorar a forma como projetos de extensão contribuem para a introdução de novas dinâmicas de aprendizado nos processos de educação profissional no interior de Institutos Federais, como o IFRS.

Para tanto, apresentamos aqui o relato sobre o projeto de extensão “Feira de Trocas Solidárias”, coordenado pela professora Helen Scorsatto Ortiz, no campus de Porto Alegre, do IFRS. O relato foi produzido com base na observação participante de duas edições da Feira (4ª e 5ª) e na análise de conteúdo de documentos (relatórios, programação, informativos) relativos ao evento. Por seu turno, a Feira, que já está na 7ª edição, é uma iniciativa que visa integrar a comunidade e ampliar o conhecimento dos educandos para uma formação integral não restrita à formação profissional em espaços formais de ensino. Logo, trata-se de um projeto que busca enriquecer o currículo escolar e os processos de ensino-aprendizagem, por intermédio da participação em espaços de trocas de produtos, serviços e saberes, com base nos princípios da economia solidária.

Apoiado nessa proposta, o artigo divide-se da seguinte forma: A segunda seção apresenta algumas das principais teorias sobre o atual contexto da educação profissional face às transformações produtivas e organizacionais do capitalismo. Na terceira seção, são relatadas as percepções sistematizadas sobre a experiência e suas contribuições para a formação profissional. A ideia do relato é demonstrar como as mencionadas orientações sobre educação profissional ocorrem em situações cotidianas e não tão cotidianas, como projetos de extensão. Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre a questão.

### **Correndo o máximo para ficar no mesmo lugar**

A soma das recentes transformações nas formas de produção e consumo das sociedades

capitalistas seria promotora da passagem de ordens relativamente estáveis e consolidadas para referenciais constantemente mutáveis e insólitos. Segundo autores como Castells (2005) e Bauman (1991), essa passagem estaria diretamente vinculada às mudanças na educação e em seus objetivos, pois, além de envolverem alterações nos processos de formação identitários, tensionando valores e referências tradicionais, modificam as formas de relacionamento com o conhecimento e com a informação. O que resultaria em novas expectativas e experiências para os processos de formação de cidadãos e profissionais.

Nos termos propostos por Bauman (1991), a noção de educação como formativa, como um estoque de conhecimentos e saberes a serem utilizados em determinadas situações mais ou menos previsíveis e controláveis, é posta em xeque pelo contexto atual de perpétua e acelerada mudança. Isso ocorreria, pois, esses estoques não fazem o mesmo sentido em um “mundo líquido”, onde existe a constante necessidade de atualização. No interior destes marcos “líquidos”, a memória firmemente consolidada, como uma referência para a atuação futura, não possui o mesmo valor que antes; mais vale a capacidade de adaptação a novas situações do que a memória de situações passadas.

Tradicionalmente concebidas com base em um mundo durável, a aprendizagem e a pedagogia se voltam para o desenvolvimento de competências e para a acumulação de informações potencialmente úteis para a formação dos estudantes. Porém, ao solapar esse pressuposto de ordem durável, a atual dinâmica da contingência solapou também a proposta de ensino a partir de referenciais estáveis. Na medida em que *softwares* se atualizam, interfaces são modificadas e equipamentos são legados ao passado, conteúdos e informações se tornam “obsoletos” com uma velocidade surpreendente.

Nestes tempos, a proposta de educação continuada torna-se um mantra e o paradoxo da Rainha Vermelha<sup>2</sup> – é preciso correr o máximo possível para permanecer no mesmo lugar – adquire sentido pleno. No caso da formação profissional, a educação estende-se para muito além da escola e a necessidade de atualizar-se constantemente torna-se imperativa para adequar-se ao instável mercado de trabalho. A escola, instituição por excelência da educação, passa então a ser questionada por seus rígidos programas de estudos e por sua sucessão predefinida para o processo de aprendizagem, dando origem a uma conjuntura que Bauman denomina de pressão desinstitucionalizante do ensino. Em outras palavras, uma pressão que põe em xeque

---

2 Referência ao clássico romance de Lewis Carrol “Através do espelho e o que Alice encontrou por lá”.

os centros de ensino, seus métodos e objetivos concebidos para um mundo relativamente estável e duradouro.

Esta crítica à escola, como uma instituição retrógrada e atrasada face a um mundo de mutações aceleradas, passa, necessariamente, pelo extenso debate sobre sua função (formar cidadãos ou profissionais) e seu papel na sociedade, como agente transformador ou reproduzidor da ordem social. Sem adentrar nos meandros desse extenso debate, cabe referir que a teoria da reprodução (BOURDIEU; PASSERON, 1992) origina-se de uma crítica a esse suposto papel transformador da escola, pois percebe a desigualdade social como um fator de estabilidade na dinâmica escolar.

Apesar das divergências, tanto os teóricos da reprodução quanto os da transformação (APPLE; BEANE, 1997) percebem a existência de forças coercitivas no processo educacional escolar. A escola é um ambiente de socialização que se baseia, principalmente, na restrição, na conformação de anseios e impulsos. Porém, os teóricos da transformação atribuem ênfase à existência de espaços para a transformação da sociedade a partir da escola, ou pelo menos, espaços que evidenciem as relações que configuram a escolha de um determinado conhecimento. O que possibilitaria uma maior autonomia para os educandos transformar a realidade. Logo, a questão do papel da escola nos processos de reprodução e transformação social vincula-se diretamente à questão da atualização de currículos e de métodos de ensino.

Todavia, se é certo que as recentes transformações do mundo da produção, trabalho e consumo demandam a constante atualização dos currículos escolares, a fim de promover uma formação mais sintonizada com essas alterações, é certo também que os institutos de educação não deveriam voltar-se exclusivamente para os interesses voláteis do mercado de trabalho e para as dinâmicas da economia. Pois, isto implicaria na privatização e individualização dos processos e das situações de ensino e aprendizagem, personalizando competências efêmeras pautadas pela efetividade e concorrência, além de promover a substituição da relação professor-estudante por aquela de fornecedor-cliente ou comercial-comprador (PORCHEDDU, 2009).

Neste sentido, caberia às instituições de ensino, não apenas se adequar acriticamente às mudanças no arbitrário que determina o que deve ser ensinado e de que forma, mas promover e tornar claro estes processos de escolha de currículos e projetos políticos pedagógicos. Isto é, a adesão a essas alterações precisa ser encarada com um processo decisório consciente, realizado reflexivamente, no interior de um movimento recursivo de revisão de práticas que leve em consideração o papel coletivo da educação, voltada para a cidadania e não apenas para

o imprevisível mercado.

Nesta perspectiva, a forma como as entidades de ensino entendem e promovem a educação adquire um peso central nas dinâmicas de reprodução e transformação social. Uma compreensão integralmente sujeita às mencionadas pressões desinstitucionalizantes e voltada, exclusivamente, para a formação em conformidade com as demandas pragmáticas e imediatas do mercado, pode dar origem a uma formação parcial, acrítica, sujeita à superação após um breve intervalo de tempo, e promotora da manutenção das desigualdades sociais.

No caso da educação profissional, este risco torna-se ainda mais grave quando associado a uma estrutura social que historicamente discrimina o trabalho manual e reserva o trabalho intelectual às elites dirigentes. Como no caso da educação profissional brasileira em diversos momentos de sua história (CIAVATTA, 2005), porém, essa suposta divisão dicotômica do trabalho não encontra mais respaldo nas novas formas de organização da produção.

Apesar das mencionadas críticas e da pressão desinstitucionalizante que se volta à escola tradicional, é possível observar, no contexto brasileiro, um recente fortalecimento da oferta de cursos técnicos e o crescimento da formação profissional (BLANCO, 2015). Embora as implicações desta expansão em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico dependam de diversos outros fatores – como a qualidade dos cursos, a capacidade de absorção das empresas e indústrias destes profissionais recém-formados e do espaço apropriado para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e científicas – torna-se evidente o esforço político em formar um contingente de mão de obra qualificada.

Em outros termos, pode-se afirmar que se trata de uma busca por um projeto de educação em consonância com um projeto de desenvolvimento econômico. No entanto, se no passado a orientação político-econômica ainda se identificava com uma estratégia de substituição de importações e com a formação de uma mão de obra apta a trabalhar na grande indústria padronizada aos moldes fordistas, atualmente os limites dessa estratégia se apresentam de forma ainda mais evidente. Não apenas pela desvantagem competitiva em relação aos países orientais em termos de custo de mão de obra, isenção fiscal e legislação trabalhista mais branda, mas também devido à própria concepção de sociedade da informação, baseada na tecnologia de geração de conhecimentos, processamento da informação, comunicação de símbolos e, mais importante, na ação do conhecimento sobre o próprio conhecimento como fonte do aumento da produtividade (CASTELLS, 2005).

Paradigma que estaria vinculado ao surgimento de formas de organização da produção

mais dinâmicas, definidas com base em suas características comuns de horizontalidade, flexibilidade e instabilidade. Isto é, para além da qualificação da mão de obra em termos de capacidade de apreender técnicas e replicá-las, o ensino profissional no interior do atual modo de desenvolvimento (CASTELLS, 2005) deveria qualificar o estudante de forma a capacitá-lo para dominar estas técnicas, assim como para adaptá-las a novas situações e a desenvolver novas técnicas produtivas e produtos. Além disso, esta configuração da produção, mais flexível e autônoma, tende a valorizar características como a adaptabilidade, a iniciativa, a criatividade e a inventividade dos profissionais.

Logo, uma formação que capacite os profissionais para atuarem sobre os próprios processos produtivos e produtos, de forma a implementar melhorias ou adaptá-los a diferentes e novas situações, a fim de fomentar dinâmicas de desenvolvimento local. O que exige uma capacidade crítica e compreensão das dinâmicas sociais e produtivas muito mais ampla do que a tradicional formação de mão de obra barata. Diferente da cartilha desinstitucionalizante, isso implica em uma formação mais plural e extensa – no sentido de proporcionar uma compressão ampla do contexto que se está inserido, através da vivência de múltiplos cenários e situações – capaz de superar a histórica redução da preparação para o trabalho ao seu nível operacional.

### **A Feira de Trocas Solidárias e o papel da extensão na formação profissional**

Se nos permitirmos pensar no interior de uma lógica bancária de ensino (FREIRE, 1987), a educação profissional deveria ser pautada exclusivamente pela transmissão de conhecimentos e técnicas capazes de qualificar os educandos a desempenharem determinadas funções laborais. Se esta fosse a orientação pedagógica do IFRS e sua única preocupação fosse transmitir técnicas e procedimentos padronizados, provavelmente não existiria espaço para a pesquisa, nem para a extensão na formação dos profissionais.

Todavia, segundo os documentos orientadores da instituição, a concepção de educação profissional do IFRS vai muito além desta lógica utilitária de formação de mão de obra. A proposta de articulação entre ensino, pesquisa e extensão reconhece o papel fundamental destas dimensões na promoção da educação profissional de qualidade e na superação do pensamento ingênuo (WILLIAMSON; HIDALGO, 2019). A “Feira de Trocas Solidárias”, por exemplo, é um projeto de extensão que visa ampliar o conhecimento dos educandos, em busca de uma formação integral não restrita à formação profissional em espaços formais de ensino. Portanto,

um projeto que busca enriquecer o currículo escolar e os processos de ensino-aprendizagem, por intermédio da participação em espaços de trocas de produtos, serviços e saberes, com base nos princípios da economia solidária.

Logo, trata-se de um evento que oportuniza não apenas a vivência de formas alternativas de troca, em relação às formas predominantes nas sociedades capitalistas, mas uma problematização das próprias hierarquias dos saberes e dos papéis sociais detentores dos saberes considerados legítimos. Isso porque, a feira propõe – além de trocas de produtos que buscam concretizar experiências comerciais onde não ocorre o uso da moeda oficial e onde as ideias de lucro, acumulação e competição sejam substituídas pelas de solidariedade e cooperação – a promoção de oficinas e troca de saberes, em que as dinâmicas tradicionais de aprendizagem são tensionadas. Nestas experiências, não raramente invertem-se os papéis, são propostos saberes não curriculares e alteram-se as dinâmicas e os ambientes de ensino, o que possibilita o estabelecimento de novas relações e a relativização de formas consolidadas.

A própria organização da Feira de Trocas Solidárias já inicia com um espaço de coordenação e cooperação que envolve funcionários, professor e alunos. Nesse momento, são discutidas ideias, novas propostas para a feira e são divididas as tarefas e as responsabilidades de cada um em relação ao projeto de extensão. Por mais banal que possa parecer, este momento é importante para a geração de interações entre alunos e professores de diferentes modalidades de ensino e por propiciar uma aproximação dos alunos com a execução e organização de um projeto de extensão. Projeto este que é cadastrado no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), do Ministério da Educação e Cultura e gera certificado a todos os organizadores.

Entre outras coisas, esta organização é necessária pois a Feira de Trocas Solidárias está fundamentada na utilização de uma moeda alternativa, cujo valor unitário equivale a 1 item destinado à troca. Logo, é preciso divulgar, estimular as pessoas a participarem com antecedência a fim de criar um banco com os objetos de troca e organizar o crédito dos participantes. Dessa forma, cada objeto destinado à troca equivale a 1 crédito que pode ser utilizado para adquirir outro objeto no dia da Feira de Trocas Solidárias. Como uma das ideias da Feira é possibilitar a circulação de produtos por intermédio da troca, todos os produtos devem estar em bom estado.

Além de estimular este ambiente de trocas, a Feira é uma oportunidade para colocar em prática conhecimentos produzidos sobre formas de distribuição, produção e consumo. Isto é, ao



suspender o valor monetário dos produtos e torná-los equivalentes em termos de troca (1x1) a Feira permite não apenas a discussão e a definição de conceitos como valor de uso e valor de troca (MARX, 2017), mas possibilita uma experiência coletiva em que as trocas ocorrem em um mercado com diferentes regras e expectativas. Uma forma alternativa de distribuição de produtos voltada para a troca de objetos, provavelmente já sem utilização, por outros que interessariam aos envolvidos.

Na Feira de Trocas Solidárias, portanto, ninguém visa ao lucro, mas à satisfação de alguma necessidade através da troca equivalente de produtos. Experiência que possibilita o desenvolvimento de competências voltadas para contextualização sociocultural do mercado (POLANYI, 1980), como a relativização e a compreensão das formas de troca estabelecidas na sociedade capitalista, por intermédio da troca de produtos como roupas, sapatos, utensílios domésticos, objetos de decoração, livros, CDs, DVDs, bijuterias, acessórios de escritório e plantas. Outro aspecto a ser ressaltado é a preocupação ambiental das diversas edições da Feira, expressa na revalorização de produtos que seriam destinados ao lixo, mas também na organização de pontos de coleta para descarte de pilhas, baterias, lâmpadas e óleo vegetal.

Mais do que um ambiente para a circulação de produtos subutilizados e sua ressignificação, a Feira de Trocas Solidárias também é um espaço para troca de saberes, serviços e conhecimentos. Além da troca de objetos, a Feira possibilita que pessoas ofertem cursos, oficinas, palestras e serviços em troca de créditos. Esta oferta precisa ser combinada previamente com a organização para que sejam disponibilizadas salas e ajustado o número de vagas e o horário de oferta. O número de ouvintes nos cursos ministrados ou de serviços prestados equivale ao número de créditos recebidos pelo ofertante. O Quadro 1 a seguir ilustra os principais serviços e saberes ofertados na 4ª edição da Feira de Trocas Solidárias que ocorreu em junho de 2016.

### Quadro 1 – Lista de serviços e saberes ofertados

Iniciação ao trompete	Iniciação ao violão (aula particular)
Libras	Crochê
Fanzine	Tricot básico
Musicalização infantil (aula particular)	Iniciação à flauta transversal (particular)
Mandala em fios	Yoga
Auriculoterapia	Bate-papo sobre economia solidária
Comportamento profissional	Sertão: significados e significantes
Quickmassage (15 min)	Origami
Iniciação ao violão (notas básicas)	Tai chi
Locomoção e mobilidade (cegos)	Oficina de alimentação infantil

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estas variadas oficinas foram ofertadas tanto por professores do Instituto quanto por funcionários e alunos, o que permitiu tensionar a suposta lógica bancária de transmissão unidirecional do conhecimento (FREIRE, 1987). A experiência de realizar uma oficina de libras ministrada por um aluno e ter a oportunidade de desenvolver uma nova competência com ele é um exemplo desta tensão. Ainda que de forma excepcional, estas alterações na rotina abrem uma brecha na lógica tradicional e fornecem novas referências para conduta no ambiente escolar. Reside neste aspecto o principal mérito dos projetos de extensão, a possibilidade de desestabilizar os processos educacionais e retirar os envolvidos de sua zona de conforto, estendendo a educação para além da sala de aula e de uma rotina conformadora.

Desta forma, as supostas contribuições dos projetos de extensão são melhor percebidas no interior de um enquadramento que as conceba não como soluções definitivas para os problemas da educação, mas como um conjunto de oportunidades para a construção de novas possibilidades de educação e formação de profissionais capazes de lidar com diversas situações, um impulso renovador num ambiente que tende a perpetuar-se e reproduzir suas estruturas sistematicamente (DUBET, 2003).

Uma vez que o peso das dinâmicas tradicionais tende a ser muito superior aos esforços individuais dos educadores, estes tendem, com o passar do tempo, a aceitar aquilo em que não necessariamente acreditam ser o melhor para a educação, tornando-se céticos em relação às suas escolhas profissionais e atitudes. Zygmunt Bauman (PORCHEDDU, 2009), ao falar sobre

o papel atual da educação e de seus profissionais na sociedade contemporânea destaca o fato de que em determinados contextos educacionais muitos profissionais tendem a escolher a estratégia fácil para muitos e dela se tornam parte integrante, deixando gradativamente de sentirem-se desconcertados por aquela lógica pretérita.

Tal como na análise de Corazza (2008) trata-se de uma leitura do ambiente educacional que destaca as forças acomodativas e as tendências ao conformismo. A leitura da autora sobre a situação da escola básica aponta para uma situação de mistificação das relações entre as profissionais da educação, uma inversão por projeção em que as profissionais reativas e ressentidas afirmam-se como o padrão de conduta, ao passo que as profissionais ativas voltadas para as mudanças sentem-se culpadas por agirem, por tentarem e por falharem. Configurando, dessa forma, um ambiente árido para a novidade, para a transformação, algo totalmente contrário à expectativa de uma educação capaz de acompanhar as constantes transformações do contexto social e do mundo do trabalho.

No caso específico da Feira de Trocas Solidárias, grande parte dos seus ganhos encontram-se na criação de um ambiente de participação e colaboração que permite integrar os estudantes aos projetos e conhecer suas afinidades e trajetórias. Por tratar-se de um evento de cunho solidário, a feira só é possível mediante a colaboração de diversos professores, servidores e alunos. Estes participam da organização da feira propondo atividades e serviços, estabelecendo parcerias com organizações sociais, divulgando e contatando pessoas interessadas, e fornecendo produtos e saberes para troca. Tais tarefas envolvem trocas cognitivas, afetivas e diálogos que tendem a simetrizar a relação entre os envolvidos, retirando profissionais e estudantes de suas clássicas posições.

Além disso, a oferta de saberes por parte dos estudantes é uma ótima oportunidade para conhecer e dar espaço para habilidades pouco valorizadas pelos currículos tradicionais. Aspecto nada desprezível quando se trata estudantes que já passaram por processos de exclusão escolar e possuem relações diretas e variadas com o mercado de trabalho, como no caso de grande parte dos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens (Proeja). Neste sentido, trata-se de uma valorização das experiências pretéritas, de outros conhecimentos e saberes adquiridos ao longo da vida, que passam a ser reconhecidos naqueles momentos de troca.

A Feira de Trocas permite um reconhecimento da trajetória destes alunos, pois cria espaços em que as experiências de vida, os saberes tácitos e os conhecimentos não curriculares

passam a ser considerados legítimos, dignos de transmissão e troca. Saberes estes ministrados nas mencionadas oficinas e de diferentes formas.

Inserir-se, assim, uma dinâmica que se opõe às formas tradicionais de educação formal, em que o papel do professor – detentor de um saber legitimado por títulos – é transmitir um conhecimento fixo, necessário para uma conduta adequada no mundo, aos alunos. O que permite estabelecer uma relação dialógica, capaz de abalar os pressupostos educacionais de uma ordem imutável do mundo e do professor como única figura detentora do saber legítimo. Para além disso, o ambiente da Feira de Trocas oportuniza o convívio de diversas perspectivas, a participação de membros da comunidade e familiares, o estabelecimento de formas de interação mais amplas e a transdisciplinaridade.

É precisamente neste sentido que os projetos de extensão em geral, e a Feira de Trocas em particular, podem ser interpretados como recursos a serem mobilizados na luta contra aquilo que Corazza chama de uma cultura educacional a serviço de forças tristes:

Uma cultura decadente, que engendra uma escola também reativa e ressentida, uma comunidade parasita, alunos domesticados, vontades docilizadas, uma tristeza imensa... Serão, pela frente, mais vinte e cinco ou trinta anos: dizendo o que todo mundo diz; fazendo o que todo mundo faz; pensando como todos pensam [...].  
(CORAZZA, 2008, s. p.)

Pois, fornecem a brecha necessária para suspender temporariamente o consolidado, para repensá-lo por um instante e percebê-lo de forma crítica, não necessariamente resignada. Dado que não se restringem a uma culpabilização generalizada e passiva das condições educacionais, mas engendram um fazer ativo e criativo. Como no caso das experiências de aprendizagem realizadas no átrio do prédio do IFRS durante a Feira, de maneira coletiva e a partir de configurações diversas da tradicional sala de aula, ou no caso das escutas feitas pelos professores em oficinas ministradas por alunos, ou ainda no estabelecimento de relações cognitivas e afetivas que vão além das rotineiras.

Tudo isso implica na construção de um momento de desestabilização, passível de ser rotinizado, é verdade, mas um momento em que a ação criativa é valorizada e os profissionais ativos podem inovar, romper barreiras do formalismo e propor novas dinâmicas, novos saberes e novos critérios de reconhecimento. Um momento em que o inconveniente, o estranho e o heterodoxo podem emergir livremente longe dos estigmas da tradição. Não necessariamente de forma revolucionária e definitiva, mas, tal como no caso da Feira de Trocas Solidárias, por

intermédio de um hiato no consolidado, na promoção de um momento de fissura no *modus operandi* capaz de produzir novos horizontes de possibilidade para a educação.

Tendo isso em vista, nos parece razoável afirmar a relevância dos projetos de extensão na promoção de novas perspectivas para a educação profissional. No caso supracitado da Feira de Trocas Solidárias torna-se ainda mais clara essa relevância, pois trata-se de uma experiência em que se pode perceber, em toda sua extensão, a riqueza dos processos de ensino-aprendizado para além da sala de aula. Mais precisamente, foi junto a esta experiência que percebemos toda complexidade das relações e dos envolvidos nestes processos de aprendizagem.

Ao desestabilizar as configurações rotineiras, foi possível estabelecer uma troca ainda maior do que as trocas que ocorriam em sala de aula. Por intermédio das oficinas e trocas de saberes, torna-se possível distinguir os estudantes de forma muito mais interessante, reconhecendo-os por suas trajetórias e por seus saberes. Processo que pode auxiliar na busca por uma aula menos assimétrica, mais dialógica e receptiva à escuta e à manifestação daquelas experiências de vida. Não apenas para tornar a sala de aula um espaço mais democrático, mas para dotar de sentidos a própria prática docente. Para, dessa maneira, contribuir para uma educação menos centralizada, com espaços para processos de aprendizagem participativa e currículos contextualizados com os territórios locais.

## Conclusões

Instituições de ensino relativamente novas e com uma expansão importante na última década, os Institutos Federais foram concebidos, segundo sua missão, visando à formação de profissionais qualificados, capazes de atuarem no mercado de trabalho e de produzirem soluções técnicas às demandas sociais regionais, de forma a fomentar o desenvolvimento socioeconômico.

Porém, dadas as recentes transformações nas formas de produção, consumo e distribuição das sociedades capitalistas, principalmente com a valorização do conhecimento e do trabalho imaterial, essa formação profissional não poderia mais repousar sobre bases exclusivamente operacionais. Com base neste novo paradigma de produção, a educação profissional deveria desenvolver competências que abrangessem tanto a capacidade técnica de execução de tarefas, como a capacidade de compreensão do contexto em que se inserem e capacidade de adaptação a novas situações. Logo, uma formação profissional diversa da

tradicional inculcação de tarefas preestabelecidas em conformidade com a divisão especializada do trabalho.

Uma das estratégias para buscar esta formação repousa na proposta de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Devido as suas características não rotineiras, os projetos de extensão tendem a fornecer um meio oxigenador para as relações educacionais, pois possibilitam a desestabilização de costumes e a mudança de perspectivas. Dessa forma, tais projetos atuam como uma fonte de desestabilização, ainda que momentânea, nas formas consolidadas e tradicionais de educação, permitindo a emergência do novo, do diferente, nas dinâmicas escolares. Estabelecendo, assim, um momento privilegiado para a aplicação do conhecimento desenvolvido e contestação da configuração estabelecida.

No caso da Feira de Trocas Solidárias ficam evidentes os efeitos para a formação profissional em termos de desenvolvimento de capacidade de problematização de situações naturalizadas e geração de soluções alternativas para problemas locais. Nas palavras do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração (BRASIL, 2015, p. 6), efeitos na “formação de cidadãos capazes de compreender a realidade das organizações nas quais estão inseridos e suas possibilidades de transformação”. Porém, outros projetos de extensão como Mostras de Tecnologia, Feiras de Ciência e Mostras de Cinema podem estimular outros aspectos desta educação profissional integral, voltada para a “geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais peculiares e regionais” (BRASIL, 2014, p. 13).

Momento que potencializa o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico na formação de cidadãos, mas também estimula a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, a busca de soluções para problemas de diferentes naturezas, a participação social de forma prática e solidária, a capacidade de formular críticas ou propostas em contextos variados e qualificação constante para o trabalho.

Logo, trata-se de uma experiência renovadora, capaz de sacudir o pó dos planos de ensino e dos livros didáticos; capaz de inserir o novo e o improvável no cotidiano das práticas de ensino, tensionando velhas formas e fornecendo novos repertórios de relações e capaz de surpreender os mais acostumados e de desacomodar os mais conformados. Mas, acima de tudo, uma experiência com potencial para resistir à inercia das práticas cotidianas consolidadas e para formar profissionais abertos a ambientes de interação dinâmica, aptas em se adaptarem à novidade e compreenderem o contexto em que se inserem.

## Referências

- APPLE, Michael; BEANE, James. **Escolas Democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- BLANCO, Diego Monte. **Jovens do ensino técnico no Brasil contemporâneo: variações e tensões disposicionais nas (in)definições de um percurso de estudos e de profissionalização** [recurso eletrônico. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do ensino**. Livro 1. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Federal do RS 2014 – 2018**. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração**. Porto Alegre, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2005. v.1.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v.3, n. 3, p. 1-20, 2005.
- CORAZZA, Sandra Mara. **Cenas de uma vida de professora**. Palestra de Formação Continuada. Brusque: UNIFEB, 2008.
- DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 119, p. 29-45, Julho, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORCHEDDU, Alba. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 661-684, ago. 2009.

WILLIAMSON, Guillermo; HIDALGO, Carolina. La pedagogia del oprimido, la investigación en sala de clases y los profesores como investigadores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, Janeiro, 2019.

Recebido em: 2 de julho de 2018.  
Aceito em: 17 de setembro de 2020.